F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

CNPJ n° 35.742.218/0001-04
Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.
www.copel.com copel@copel.com
Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR
CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 7
BALANÇOS PATRIMONIAIS 7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS 9
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES 9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 12
1. CONTEXTO OPERACIONAL 12
2. BASE DE PREPARAÇÃO 13
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 20
5. CLIENTES 20
6. TRIBUTOS 20
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 21
8. IMOBILIZADO 22
9. INTANGÍVEL 23
10. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR 24
11. ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER 24
12. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D 24
13. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES 25
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 25
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 26
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 27
17. RESULTADO FINANCEIRO 27
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 28
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 33
20. SEGUROS 34
21. EVENTOS SUBSEQUENTES 35
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 36
PARECER DO CONSELHO FISCAL 39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) através da assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva Sociedade de Propósito Específico (SPE), de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, o prazo para conclusão do processo foi recentemente reduzido pela publicação do Decreto nº 10.893/2021 de 18 para 12 meses antes do vencimento do contrato de concessão.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Como resultado, a concessão da UHE GBM foi prorrogada por 461 dias e a nova data de término da outorga passou para 21.12.2024, gerando impacto positivo no resultado operacional de 2021 relativo ao intangível de contrato mensurado ao valor justo no total de R$ 361.963 mil.

Em 24.11.2022, para possibilitar a nova outorga, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autoriza o Estado do Paraná a transformar a Copel, controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias e/ou units. Em 21.12.2022, decorrente da autorização legal, o Conselho de Administração da Copel, aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões de suas usinas, entre as quais a UHE GBM, e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento do bônus de outorga. A transformação da Copel em “Corporação” possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL (em R$ mil)

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 40.978, representando 5,8% de aumento em relação a 2021, decorrente da melhora do cenário hidrológico em 2022 que permitiu a maior venda de energia.

Os custos e despesas operacionais, excluindo os efeitos da repactuação do risco hidrológico, tiveram decréscimo de R$ 129.029, representando 24,4% de redução em relação a 2021, devido principalmente a redução no custo de energia elétrica comprada para revenda, que foi impactada pela crise hídrica em 2021.

	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	938.780	995.870	(5,7)
Caixa e equivalentes de caixa	284.624	68.033	318,4
Títulos e valores mobiliários	14.750	11.404	29,3
Receita operacional bruta	831.376	784.379	6,0
Deduções da receita	(88.374)	(82.355)	7,3
Receita operacional líquida	743.002	702.024	5,8
Custos e despesas operacionais*	(398.843)	(165.909)	140,4
Resultado das atividades	344.159	536.115	(35,8)
Ebitda ou Lajida	478.591	604.983	(20,9)
Resultado financeiro	24.714	10.865	127,5
IRPJ/CSLL	123.452	185.725	(33,5)
Lucro operacional	368.873	546.980	(32,6)
Lucro líquido do exercício	245.421	361.255	(32,1)
Patrimônio líquido	563.168	701.119	(19,7)
Dividendos	233.150	343.193	(32,1)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,7	(23,5)
Liquidez geral (índice)	1,0	1,1	(9,1)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida)	64,4	86,2	(25,3)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	49,6	77,9	(36,3)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	33,0	51,5	(35,9)
Participação de capital de terceiros (%)	40,0	29,6	35,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) [(1)]	35,0	59,7	(41,4)

[(1)] LL ÷ (PL inicial)

* No ano de 2021 possui receita de repactuação do GSF no valor de R$ 361.963.

Curitiba, 06 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente do Conselho	MARCIO LUIS BLOOT
Membros	DAIANE MEDINO WOTKOSKI
	ELOIR JOAKINSON JUNIOR
	JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
	MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
	THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
CONSELHO FISCAL	
Presidente do Conselho	ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares	KLEBERSON LUIZ DA SILVA
	LUIZ HENRIQUE DE MELLO
	WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros Suplentes	ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
	ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
	FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ
	FELIPE SANTOS RIBAS
DIRETORIA	
Diretor Executivo	MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Administrativo-Financeiro	ADRIANO FEDALTO
CONTADOR	
CRC-PR-058084/O-0	MICHAEL LUIZ DE SOUZA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.624	68.033
Clientes	5	88.764	62.722
Outros créditos		2	71
Imposto de renda e contribuição social	6	1.620	2.299
Outros tributos a recuperar	6	1.225	818
Despesas antecipadas	20	569	34
Partes relacionadas	19	-	170.212
		376.804	**304.189**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	14.750	11.404
Outros tributos a recuperar	6	650	864
Outros créditos		475	-
		15.875	**12.268**
Imobilizado	8	**315.167**	**332.980**
Intangível	9	**230.934**	**346.433**
		561.976	**691.681**
TOTAL DO ATIVO		**938.780**	**995.870**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	913	526
Fornecedores	10.1	23.379	33.622
Imposto de renda e contribuição social	6	130.875	48.339
Outras obrigações fiscais	6	5.516	2.533
Dividendos a pagar	14.3	125.978	85.799
Encargos setoriais a recolher	11	2.343	4.726
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	826	795
Outras contas a pagar	10.2	7.689	2.958
		297.519	**179.298**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	73.025	112.759
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	5.068	2.694
		78.093	**115.453**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	409.508	409.508
Reserva legal	14.2	46.488	34.217
Dividendo adicional proposto	14.4	107.172	257.394
		563.168	**701.119**
TOTAL DO PASSIVO		**938.780**	**995.870**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	**743.002**	**702.024**
Custos Operacionais	16	**(387.998)**	**(518.189)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**355.004**	**183.835**
Despesas Operacionais	16		
Despesas com vendas		(7)	-
Despesas gerais e administrativas		(5.708)	(3.763)
Repactuação do risco hidrológico - GSF		-	361.963
Outras despesas operacionais		(5.130)	(5.920)
		(10.845)	**352.280**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**344.159**	**536.115**
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		25.236	11.390
Despesas financeiras		(522)	(525)
		24.714	**10.865**
LUCRO OPERACIONAL		**368.873**	**546.980**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6		
Imposto de renda e contribuição social		(163.186)	(73.173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39.734	(112.552)
		(123.452)	**(185.725)**
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		**245.421**	**361.255**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	14.5	**0,59932**	**0,88218**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**245.421**	**361.255**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**245.421**	**361.255**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**406.363**	**3.145**	**16.155**	**179.822**	**-**	**605.485**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	361.255	361.255
Aumento de capital		3.145	(3.145)	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(179.822)	-	(179.822)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal		-	-	18.062	-	(18.062)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	(85.799)	(85.799)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	257.394	(257.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**409.508**	**-**	**34.217**	**257.394**	**-**	**701.119**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	245.421	245.421
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(257.394)	-	(257.394)
Destinação proposta à A.G.O.:							-
Reserva legal		-	-	12.271	-	(12.271)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	(125.978)	(125.978)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	107.172	(107.172)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**409.508**	**-**	**46.488**	**107.172**	**-**	**563.168**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		**245.421**	**361.255**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos não realizados - líquidas		(1.128)	(3.005)
Depreciação e amortização	16	134.834	68.933
Imposto de renda e contribuição social	6.3	163.186	73.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(39.734)	112.552
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	16	-	(361.963)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	7.045	6.799
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		7	
Resultado das baixas do imobilizado	8.2	-	9
Juros sobre mútuos recebidos		(8.766)	(7.276)
		500.865	**250.477**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(26.049)	4.439
Outros créditos		(406)	235
Imposto de renda e contribuição social		679	(2.201)
Outros tributos a recuperar		(193)	(322)
Despesas antecipadas		(535)	(34)
Partes relacionadas			
		(26.504)	**2.117**
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		387	24
Fornecedores		(10.243)	6.794
Outras obrigações fiscais		1.893	252
Encargos setoriais a recolher		(2.383)	680
Pesquisa e desenvolvimento	12.1	(5.042)	(6.570)
Outras contas a pagar		4.731	785
		(10.657)	**1.965**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**463.704**	**254.559**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(80.650)	(31.402)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**383.054**	**223.157**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(3.346)	(397)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(251.450)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		179.264	90.000
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas		1.987	374
Aquisições de imobilizado		(1.175)	(10.854)
Aquisições de intangível	9	-	(42)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**176.730**	**(172.369)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(343.193)	(179.822)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(343.193)**	**(179.822)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**216.591**	**(129.034)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	68.033	197.067
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	284.624	68.033
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**216.591**	**(129.034)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM ou Foz do Areia), usina com potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020, a Copel GeT se manifestou perante o Ministério de Minas e Energia pelo enquadramento, nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018, da sua subsidiária FDA. Na mesma data, a SPE assinou junto à Aneel o contrato de concessão para exploração da UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, concretizando a transferência de titularidade da usina. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos para UHE Foz do Areia, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal n° 10.893/2021, dentro do prazo de até 12 meses antes do vencimento da atual concessão, que expira em 21.12.2024.

Em 24.11.2022, para possibilitar a nova outorga, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”), o que possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas. Adicionalmente, em 21.12.2022, o Conselho de Administração da Copel aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões de suas usinas, entre elas a UHE GBM. A transformação da Copel em “Corporação” possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024. Em 31.01.2023 o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3.4 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.5 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados.;
- NEs no 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nos 3.8 e 6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (*Generation Scaling Factor* - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração). No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas, quando aplicável, à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS as alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;

(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(v) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	6.910	6.750
Aplicações financeiras de liquidez imediata	277.714	61.283
	284.624	**68.033**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% e 101,0% (96% em 2021) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	63.190	62.722
CCEE	25.574	-
	88.764	**62.722**

6. Tributos

6.1 Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.620	2.299
ICMS a recuperar	1.225	818
	2.845	**3.117**
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	323	754
Outros tributos a compensar	327	110
	650	**864**
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	130.875	48.339
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.715	1.313
Outros tributos	801	1.220
	136.391	**50.872**

6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante					
Provisão para P&D e PEE	-	670	670	807	1.477
Perdas de créditos esperadas (PECLD)	-	-	-	2	2
Provisões de passivo omisso	-	172	172	1.059	1.231
	-	**842**	**842**	**1.868**	**2.710**
(-) Passivo não circulante					
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	-	113.601	113.601	(37.866)	75.735
Rendimentos de aplicações financeiras (lucro presumido)	207	(207)	-	-	-
	-	-	-	-	-
	207	**113.394**	**113.601**	**(37.866)**	**75.735**
Líquido	**(207)**	**(112.552)**	**(112.759)**	**39.734**	**(73.025)**

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	1.971	(37.867)
2024	739	(37.868)
	2.710	**(75.735)**

6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**368.873**	**546.980**
IRPJ e CSLL (34%)	**(125.416)**	**(185.973)**
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(1.583)	(2.234)
Incentivos fiscais	3.524	2.250
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	207
Outros	24	25
IRPJ e CSLL correntes	**(163.186)**	**(73.173)**
IRPJ e CSLL diferidos	**39.734**	**(112.552)**
Alíquota efetiva - %	33,5%	34,0%

7. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 27 a 54 meses a partir do final do período de relatório

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	14.750	11.404

8. Imobilizado

8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.406)	1.466	2.337.872	(2.329.541)	8.331
Máquinas e equipamentos	577.537	(292.054)	285.483	576.094	(281.136)	294.958
Edificações	654.260	(641.799)	12.461	654.260	(640.632)	13.628
Terrenos	15.203	-	15.203	15.203	-	15.203
Móveis e utensílios	1.360	(1.105)	255	1.365	(1.067)	298
	3.586.232	**(3.271.364)**	**314.868**	**3.584.794**	**(3.252.376)**	**332.418**
Em curso						
Custo	299	-	299	562	-	562
	299	**-**	**299**	**562**	**-**	**562**
	3.586.531	**(3.271.364)**	**315.167**	**3.585.356**	**(3.252.376)**	**332.980**

8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	8.329		(6.864)	-	1.465
Máquinas e equipamentos	294.959	-	(10.918)	1.438	285.479
Edificações	13.628	-	(1.167)	-	12.461
Terrenos	15.203	-	-	-	15.203
Móveis e utensílios	299	-	(39)	-	260
	332.418	**-**	**(18.988)**	**1.438**	**314.868**
Em curso					
Custo	562	1.175	-	(1.438)	299
	562	**1.175**	-	**(1.438)**	**299**
Total	**332.980**	**1.175**	**(18.988)**	**-**	**315.167**

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	31.726		(23.397)		-	8.329
Máquinas e equipamentos	276.532	-	(10.365)	(6)	28.798	294.959
Edificações	14.831	-	(1.203)		-	13.628
Terrenos	15.203	-	-		-	15.203
Móveis e utensílios	342		(41)	(3)	1	299
	338.634	**-**	**(35.006)**	**(9)**	**28.799**	**332.418**
Em curso						
Custo	18.507	10.854	-	-	(28.799)	562
	18.507	**10.854**	-	-	**(28.799)**	**562**
Total	**357.141**	**10.854**	**(35.006)**	**(9)**	**-**	**332.980**

A Companhia opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento da concessão, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2022 e de 2021.

8.3 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Geração		
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,40	3,40
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	3,12	2,00
Turbina hidráulica	2,50	2,50

9. Intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 31.12.2020	**18.303**	**-**	**18.303**
Aquisições	-	42	42
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	361.963	-	361.963
Capitalizações para intangível em serviço	42	(42)	-
Quotas de amortização - concessão (a)	(33.863)	-	(33.863)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(12)	-	(12)
Em 31.12.2021	**346.433**	**-**	**346.433**
Quotas de amortização - concessão (a)	(115.491)	-	(115.491)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	-	(8)
Em 31.12.2022	**230.934**	**-**	**230.934**

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.
(b) Taxa anual de amortização: 20%.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2022 e 2021.

10. Fornecedores e Outras contas a pagar

10.1 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica - CCEE	-	7.019
Energia elétrica - Copel Comercialização	-	5.995
Materiais e serviços	4.432	2.335
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	3.994	4.659
Encargos de uso da rede elétrica	14.563	13.102
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	390	512
	23.379	**33.622**

10.2 Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.576	2.792
Outras obrigações	113	166
	7.689	**2.958**
Circulante	**7.689**	**2.958**

11. Encargos Setoriais a Recolher

O saldo provisionado em 31.12.2022 e 31.12.2021 se refere a Reserva Global de Reversão - RGR.

12. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT	-	459	-	459	442
MME	-	229	-	229	221
P&D	457	138	4.611	5.206	2.826
	457	**826**	**4.611**	**5.894**	**3.489**
			Circulante	**826**	**795**
			Não circulante	**5.068**	**2.694**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

12.1 Mutação da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	FNDCT	MME	P&D		
	circulante	circulante	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2021	**505**	**252**	**1.714**	**724**	**3.195**
Constituições	2.720	1.360	477	2.242	6.799
Juros Selic		-	-	65	65
Transferências	-	-	338	(338)	-
Recolhimentos	(2.783)	(1.391)	(2.396)	-	(6.570)
Em 31.12.2021	**442**	**221**	**133**	**2.693**	**3.489**
Constituições	2.818	1.409	845	1.973	7.045
Juros Selic	-	-	-	402	402
Recolhimentos	(2.801)	(1.401)	(840)	-	(5.042)
Em 31.12.2022	**459**	**229**	**138**	**5.068**	**5.894**

13. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2022 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R$ 409.508 (R$ 409.508 em 31.12.2021) é composto por 409.508.878 (409.508.878 em 31.12.2021) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

14.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	245.421	361.255
Reserva legal (5%)	(12.271)	(18.062)
	233.150	**343.193**
Dividendos propostos		
Dividendos (a)	125.978	85.799
Dividendo adicional proposto	107.172	257.394
	233.150	**343.193**

(a) Em 29.11.2022 o Conselho de Administração declarou dividendos intercalares que serão imputados aos dividendos obrigatórios, aos regulares e aos extraordinários nos termos do Estatuto Social. O valor foi pago em 12.01.2023.

14.4 Dividendo adicional proposto

Em 29.04.2022, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2021, no valor de R$ 257.394.

14.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	245.421	361.255
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	409.508.878	409.508.878
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	**0,59932**	**0,88218**

15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	789.693	781.361
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41.660	2.975
Outras receitas operacionais	23	43
Receita Bruta	**831.376**	**784.379**
(-) PIS/Pasep e Cofins	(76.901)	(72.552)
(-) Encargos Setoriais	(11.473)	(9.803)
	743.002	**702.024**

16. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(28.632)	-	-	-	(28.632)	(259.289)
Encargos de uso da rede elétrica	(148.610)	-	-	-	(148.610)	(137.595)
Pessoal e administradores	-	-	(2.790)	-	(2.790)	(1.582)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(297)	-	(297)	(94)
Material	(828)	-	(25)	-	(853)	(545)
Serviços de terceiros	(37.701)	-	(1.082)	-	(38.783)	(33.418)
Depreciação e amortização	(134.424)	-	(8)	-	(134.432)	(68.868)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(1.596)	(1.596)	(2.046)
Arrendamentos e aluguéis	(10)	-	-	-	(10)	(285)
Repactuação do risco hidrológico - GSF	-	-	-	-	-	361.963
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(7)	-	(7)	-
Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.hídricos	(36.847)	-	-	-	(36.847)	(20.060)
Outros custos e despesas operacionais	(946)	(7)	(1.499)	(3.534)	(5.986)	(4.090)
	(387.998)	**(7)**	**(5.708)**	**(5.130)**	**(398.843)**	**(165.909)**

17. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Juros e encargos sobre mútuo	8.766	7.277
Rendimento de aplicações financeiras	17.525	3.817
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.231)	(555)
Outras receitas financeiras	176	851
	25.236	**11.390**
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	401	65
Outras despesas financeiras	121	460
	522	**525**
Líquido	**24.714**	**10.865**

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2022		31.12.2021	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	284.624	284.624	68.033	68.033
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	14.750	14.750	11.404	11.404
			299.374	**299.374**	**79.437**	**79.437**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		88.764	88.764	62.722	62.722
Mútuo (a)			-	-	170.212	170.212
			88.764	**88.764**	**232.934**	**232.934**
Total dos ativos financeiros			**388.138**	**388.138**	**312.371**	**312.371**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		23.379	23.379	33.622	33.622
Total dos passivos financeiros			**23.379**	**23.379**	**33.622**	**33.622**

Os níveis de hierarquia oara aouração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Total
31.12.2022				
Fornecedores	22.703	615	59	23.377
	22.703	**615**	**59**	**23.377**
31.12.2021				
Fornecedores	25.942	7.618	62	33.622
	25.942	**7.618**	**62**	**33.622**

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen (CDI/Selic - 12,50%). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

		Base	Cenários projetados		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	**Risco**	**31.12.2022**	**Provável**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	14.750	16.594	16.134	15.672
		14.750	**16.594**	**16.134**	**15.672**

18.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, o Sistema Interligado Nacional apresentou o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia e demais órgãos do setor trabalharam para maximizar o despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2023 e 2024 estejam minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29/2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

18.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Ressalta-se que, ao menos conjunturalmente, os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 concomitante com o baixo crescimento da carga

18.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração).

As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e n° 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em dezembro de 2024, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, conforme prevê o Decreto n° 9.271/2018. Está em andamento o processo de transformação da Copel em “Corporação”, conforme descrito na NE nº 1, o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	-	-	125.978	85.799	-	-	-	-
Contratos de Mútuo (a)	-	170.212	-	-	8.766	7.277	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	691	506	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	3.994	2.545	-	-	(28.921)	(26.447)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	389	512	-	-	(7.563)	(10.305)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(88)	(14)
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	176	-	-	-	-	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(563)	(880)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	45	20	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	63.157	62.722	-	-	783.490	781.362	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	5.995	-	-	(17.357)	(145.639)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(51)	(47)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(110)	(94)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(118)	(138)
Nova Asa Branca I Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	774	-	-	-
Nova Asa Branca II Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	666	-	-	-
Nova Asa Branca III Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	319	-	-	-
Nova Eurus IV Energ. Renov								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	879	-	-	-
GE Boa Vista								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	348	-	-	-
GE Farol								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	310	-	-	-
GE Olho D'Agua								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.287	-	-	-
GE São Bento do Norte								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.567	-	-	-
São Bento do Norte I S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	27	-	-	-
São Bento do Norte II S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	27	-	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto pela Copel GeT								
Caiuá Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(49)	(43)
Integração Maranhense Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(215)	(189)
Matrinchã Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.269)	(1.105)
Guaraciaba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(574)	(508)
Paranaíba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(823)	(756)
Cantareira Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(646)	(569)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.377)	(1.124)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (c)	-	-	-	-	-	-	(260)	(168)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(6)	(7)
Outras partes relacionadas (d)								
Lactec	-	-	-	-	-	-	(115)	(260)
Companhia de Saneamento do Paraná							(47)	(168)
Simepar	-	-	-	79	-	-	(862)	(362)

(a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023. Em 27.05.2022 foi liquidado o valor total do mútuo.

(b) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

(c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

(d) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA e UEG Araucária, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2023	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R$ 5,2177

21. Eventos Subsequentes

21.1 Inspeção técnica na usina GBM

Em 25.03.2023 foi encerrada a parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, usina pertencente à FDA, subsidiária da Copel GET. Foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina de modo que essa unidade geradora permanecerá indisponível, visando a realização de diagnóstico sobre a causa do ocorrido e as respectivas ações para seu reparo, quando então será atualizada a previsão de retorno dessa unidade geradora. Eventuais impactos financeiros relacionados a não geração ou qualquer redução na garantia física da usina somente poderão ser estimados após a conclusão desse trabalho.

Deloitte.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Evento subsequente relacionado a inspeção técnica na Usina GBM

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21.1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve que em 25 de março de 2023 foi identificada uma avaria isolada em uma unidade geradora da UHE GBM, de modo que ela ficará indisponível até a realização de diagnóstico da causa e ações de reparo e que eventuais impactos financeiros relacionados a não geração ou qualquer redução na garantia física da usina somente poderão ser estimados após a conclusão desse trabalho. Nossa opinião não contém ressalva

relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da FDA Geração de Energia Elétrica S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR